

O PROTAGONISMO TERRITORIAL DAS MULHERES DO MOVIMENTO DE MORADIA DO JARDIM CONQUISTA NA CIDADE DE JACAREÍ (SP) – 1999 A 2020

Paulo José de Oliveira

Licenciado em Ciências Sociais e especialista em Gestão Pública Municipal
Mestrando em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe pela UNESP
pj.oliveira@unesp.br

INTRODUÇÃO

A ocupação de um espaço urbano, com o objetivo da conquista da moradia, é motivada por muitas razões. Além do direito à moradia, é uma luta também pelo direito à cidade, na sua amplitude de outros direitos. No caso do Jardim Conquista, há propósitos e processos construídos ao longo desse fenômeno social que justificam sua investigação.

O direito à moradia, e moradia digna, embora seja de proclamação universal, na sociedade de classes ele não é tratado como tal. Isso porque o capital descobriu que ele pode ser transformado em mercadoria. Assim se orienta a construção da cidade, um espaço de permanentes disputas. A cidade que, conforme Lefebvre (2015), deveria ser de valor de “uso”, passou a ter valor de “troca” (p. 26 - 127). Ainda segundo Lefebvre (2015) o direito à cidade é a base de outros direitos, e, em certa escala, ele afirma que “o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos” (p. 134). Nesse sentido temos também a afirmação de Carlos (2017, p. 56), que, a conquista do direito à cidade se dá através de lutas políticas, construindo espaços e territórios.

Com base nessas premissas, a análise territorial realizada por este trabalho, demonstra que, a construção destes direitos, à cidade e à moradia, se dá através de movimento, disputas de espaços e de territórios. Este trabalho apresenta a ocupação e a construção de um território, a construção e organização de um movimento socioterritorial por moradia local, com sustentação política no protagonismo das mulheres.

Inicialmente é feita a caracterização do Jardim Conquista, enquanto território, que está contido em um espaço geográfico e em uma região. Está localizado no município de Jacareí, no estado de São Paulo. Pela divisão administrativa da cidade, ele faz parte do distrito do Parque Meia Lua, região norte da cidade.

Em seguida é demonstrado como se deu a luta pelo direito à moradia, enquanto processo de construção de território. Nesse contexto nasce o movimento socioterritorial dos Sem Teto do Meia Lua, liderado por mulheres. São analisadas as estratégias e táticas que garantiram oito anos de ocupação, com a vida sendo recriada dentro de barracos de lona e de madeira. Houve conflitos e riscos, mas enfrentados de forma coletiva.

O território do Jardim Conquista está a um quilômetro da área originalmente ocupada, onde ele começou a ser construído. Na relação com o poder público ocorreram disputas, conflitos e acordos. O segundo momento desta pesquisa se encerra com a mudança das famílias, dos barracos para as casas, que deveria ser um território definitivo. Realizou-se uma das bandeiras de

luta, que unificava o movimento: teria que ser um espaço onde coubessem as 235 (duzentas e trinta e cinco) famílias da ocupação.

Finalmente, com a mudança para as casas, a expectativa era ressignificar a luta do movimento, com vistas a outros direitos individuais e coletivos. No entanto, a defesa desse território se apresentou, a partir de então, em uma condição não imaginada pelas lideranças entrevistadas: tão logo recebeu as famílias, para quem e por quem ele foi construído, surge a ameaça de retirada das mesmas, mesmo o bairro tendo sido construído dentro de todos os processos legais. O Jardim Conquista, de um território imaginado, desejado, concebido e construído coletivamente, passou a ser um território ameaçado. A relevância desta situação foi identificada a partir das entrevistas e do acesso a processos que tramitam na justiça, nas instâncias locais e estaduais.

Dois processos judiciais, na vara da Fazenda Pública de Jacareí, com trâmites em instâncias estaduais, trazem os detalhes dessa “conflitualidade” que, conforme Fernandes (2009, p. 203), de alguma forma, permeia sempre a construção dos territórios.

Há treze anos o bairro vive em uma realidade de insegurança. O movimento dos Sem Teto do Meia Lua está provocado a assumir lutas em outras dimensões. Há uma disputa colocada: agora em espaços e territórios que não são materiais como o Jardim Conquista, mas construídos na tecnocracia do Estado, conforme Lefebvre (2015).

METODOLOGIA

A realização desta análise territorial se deu através de um conjunto de ações. Primeiramente o conhecimento pessoal desse movimento socioterritorial, especialmente em parte do período da ocupação, quando se organizou como os Sem Teto do Meia Lua. Essa contribuição, através do conhecimento empírico, ajudou para a transcrição de fatos dessa história pesquisada. A partir daí, foram utilizadas entrevistas, presenciais e virtuais, análises documentais e pesquisas em jornais locais e revisão teórica.

A pesquisa foi feita priorizando-se dialogar com as lideranças que iniciaram o processo da ocupação, com vistas a se identificar o protagonismo das mulheres nesse movimento por moradia. A partir dessa identificação, pelas entrevistas, também foi possível analisar a forma de organização e coordenação do movimento.

Três mulheres coordenaram o início do movimento. Seus nomes serão preservados neste trabalho. As entrevistas com elas se deram em dois momentos: presencial com duas delas e por meio virtual reunindo as três. O resultado foi sistematizado, na sua maior parte, com o objetivo de se evitar citações individualizadas.

Para o desenvolvimento da análise, foram feitos recortes temporais: O período da ocupação de 1999 a 2007 e de 2007 até o momento das pesquisas, final de 2020, início de 2021. O momento inicial compreende a mobilização e o tempo da permanência no território construído, na ocupação.

O fechamento deste período foi com a mudança das famílias, saindo das condições de moradia precária, de habitação em barracos, para suas casas construídas no bairro Jardim Conquista. O segundo período foi o registro, a partir da mudança; a partir daí até as condições atuais (momento da pesquisa) em que se encontra esse território.

Com as entrevistas foram possíveis os esclarecimentos sobre a mobilização pela ocupação, suas motivações, a construção de um território de lutas e sobre a organicidade interna à ocupação.

Quanto a registros sobre conflitos e contratos, esta pesquisa buscou notícias em jornais regionais da época, auxiliada também pelas entrevistas. Através destas evidências puderam ser observadas as relações do movimento com a comunidade local, cidade e bairros, bem como as relações, conflitos e eventuais contratos com o poder público.

A análise documental foi utilizada especialmente para se compreender o segundo período analisado. Para isso foram acessados processos judiciais, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Finalmente, foi feita revisão teórica, permeando todo o desenvolvimento do trabalho, trazendo as categorias científicas e diálogos com diferentes autores. Além de trazer com clareza as categorias aqui trabalhadas, os autores apresentados oferecem teses já desenvolvidas que se relacionam com os fenômenos sociais aqui analisados.

JARDIM CONQUISTA, OCUPAR O ESPAÇO – EM BUSCA DA MORADIA

O contexto do estudo do direito à moradia está inerente à compreensão do direito à cidade. Ao se falar sobre o direito à moradia, necessariamente fala-se da classe trabalhadora, pois é a esta classe que a cidade nega direitos. De acordo com Lefebvre (2015), o proletário é expulso do centro das cidades, para que sejam preservados os privilégios da “classe dominante” (p. 23).

Com este entendimento, pode-se concluir por que as cidades apresentam uma geografia espacial excludente e segregacionista. Essa realidade urbana reafirma o que diz Castells (2020) que “não há teoria de espaço que não seja parte integrante de uma teoria social” (p.183). São forças políticas e sociais que constroem os espaços e os territórios. Nas cidades, conforme Fernandes (2009, p. 209), a moradia é a principal razão dos territórios. Fernandes (2009) afirma ainda que, a construção desses territórios se dá em dinâmica de “conflitualidade” (p. 203). Nesse sentido as cidades são espaços sempre em disputa, e assim se constroem os territórios.

O objeto deste estudo, o bairro Jardim Conquista, está localizado no município de Jacareí, no estado de São Paulo. Pela divisão administrativa da cidade ele faz parte da região do distrito do Parque Meia Lua. Localiza-se na região norte da cidade. Esse distrito administrativo, de acordo com Santos (2017), enquanto região, traz um conjunto de “arranjos locais” que definem as relações na construção de espaços e territórios (p. 246). Mas Santos (2017) afirma ainda que, atualizando a

definição anterior, pode-se dizer que esses arranjos são dinâmicos e por isso as “regiões se transformam continuamente” (p. 247).

Alguns elementos podem determinar o conjunto de relações que ocorrem nessa região, onde foi construído o bairro Jardim Conquista. É uma região separada fisicamente da cidade pela rodovia federal Presidente Dutra, e ao seu lado norte delimitada pelo rio Paraíba do Sul. Durante muitas décadas foi uma região de intensa exploração de extração de areia, atividade hoje de menor intensidade por conta do avanço de legislações a respeito. Estas atividades, somando-se às características próprias de atividades motivadas pelas proximidades de grandes rodovias, fácil acesso aos centros urbanos de Jacareí e de São José dos Campos, favoreceram ao adensamento urbano deste distrito do Parque Meia Lua.

A história da construção do bairro Jardim Conquista, enquanto território, se deu no contexto dessa região descrita. Foi resultado de um processo de organização popular, determinado por mobilização social e lutas, reafirmando o que diz Fernandes, (2009), “os sujeitos constroem seus próprios territórios” (p.209). Neste sentido ainda, segundo Raffestin (1993, p. 147), pode-se dizer que este bairro se tornou um território a partir de ações políticas, enquanto construção social caracterizada pelo movimento de moradia, um movimento socioterritorial, categoria a ser tratada mais à frente.

Esse processo teve a moradia como razão de luta. Sua organização e ações, enquanto movimento socioterritorial, aconteceram em diferentes espaços dentro da mesma região apresentada anteriormente. Movimento esse que resultou mais tarde na conquista do bairro. Iniciou através de uma ocupação coletiva realizada em área institucional, anexa ao bairro Parque Meia Lua. Essa área ocupada não cumpria nenhuma função urbana e fica cerca de um quilômetro apenas de distância do local onde se deu a construção definitiva do bairro. A área onde foi possível a construção das moradias só passa a ser considerada nesse processo alguns anos após a ocupação do primeiro local.

O espaço inicialmente ocupado fazia parte dessa região denominada de distrito, enquanto unidade administrativa municipal; isto considerando a definição dada por Santos (2017, p. 63), do espaço como uma construção através da correlação entre sistemas e ações. Importante dizer aqui que falamos de espaço geográfico, conforme esclarece Fernandes (2005, p. 26). De acordo também com Carlos (2019, p.52), em uma leitura dialética, esse espaço ocupado, embora omisso quanto à função urbana, está dentro da definição do espaço como resultado de uma construção humana. No passado ele deixou de ser somente terra e compôs um bairro, área institucional do Parque Meia Lua. Da mesma forma, segundo Santos (2017), reforçando a ação humana na transformação dos espaços, “nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam” (p. 321).

A identificação dessa área como institucional está em declaração do secretário de negócios jurídicos da Prefeitura de Jacareí, dada à época ao jornal Diário de Jacareí, conforme edição do dia 27 de agosto de 1999 (p. 3). Da mesma forma os registros das condições de total ausência de uso

institucional da área, sendo classificada, pelos moradores do bairro e por famílias ocupantes, como área abandonada. Relatos que constam em edição do dia 26 de agosto, do mesmo jornal citado anteriormente.

Em 23 de agosto de 1999 esse espaço foi ocupado por famílias sem teto. Iniciava ali um processo de construção e organização de um movimento socioterritorial por moradia e um processo de construção de territórios. Conforme Raffestin (1993, p. 143/144), uma construção territorial de acordo com um projeto formulado, dentro de uma disputa no espaço.

MORADIA E TERRITÓRIOS – PROTAGONISMO DAS MULHERES, RAZÃO E LUTAS

A proposta dessa análise territorial tem o objetivo de identificar o protagonismo das mulheres no processo geográfico que se concluiu na construção do bairro Jardim Conquista. Houve um esforço, até aqui, com a ajuda dos referenciais teóricos utilizados, de pensar como se dá a construção de territórios, neste caso um bairro, dentro da categoria de territórios materiais. Lembrando aqui que, de acordo com Fernandes (2005, p. 28), esse território material foi o resultado de uma intenção, de um projeto e um processo de lutas.

A moradia é um território, o bairro é um território, o espaço ocupado torna-se um território a partir da ocupação. De acordo com Raffestin (2009), “para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade” (p. 26).

Partindo-se das afirmações de Raffestin (2009), entende-se que na construção de territórios coletivos, os esforços e energias dedicados também serão coletivos. Neste ponto, abre-se caminho para pensar sobre os movimentos sociais, movimentos pulares que lutam e constroem diferentes territórios.

A definição de movimentos sociais se dá dentro de um processo histórico da própria construção das sociedades. Há muitos autores que buscam caracterizar e identificar esse fenômeno social, em diferentes épocas. A professora Ângela Alonso, (2009), demonstra que, em meados do século XX, anos 1960, começam a surgir caracterização e descrição de movimentos sociais. Esta afirmação se dá analisando eventos, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, mudando definições e construindo a categoria “movimentos sociais” (p. 50), como elemento para se estudar e compreender algumas dinâmicas sociais.

Apropriada para uma análise de território, a partir de categorias geográficas, adota-se aqui “movimentos socioterritoriais” como correta caracterização para compreensão da força social que construiu o território Jardim Conquista, aqui estudado. Conforme Fernandes (2005), buscando instrumentalizar um campo da pesquisa, cunham-se “os conceitos de movimento socioespacial e de movimento socioterritorial para contribuir com os estudos geográficos nas Ciências Humanas” (p.30).

A conceituação feita por Fernandes (2005) traz, objetivamente, essa categoria para contribuir com esta análise, ao afirmar que, nas questões urbanas, “os movimentos socioterritoriais são predominantemente os movimentos de sem-teto” (p.32). Estes movimentos, lutando para conquistar espaços e territórios, promovem “a territorialização da luta pela terra e pela moradia” (p. 32).

Movimentos socioterritoriais são dinâmicos e por isso apresentam diferentes características e objetivos. Cada um pode ter tempo de ação e formas de organização específicas. Este, aqui analisado, organizou-se localmente, construiu um objetivo, desenvolveu uma forma de luta e, de acordo com Fernandes, (2005), atuou em uma “microrregião” (p.32). As análises seguintes demonstrarão que neste caso esteve presente efetivamente uma construção de força social com protagonismo das mulheres.

Identificado como os “Sem Teto do Meia Lua”, enquanto movimento por moradia, sua atuação se deu no período da ocupação até a mudança para as casas. Situação observada nas entrevistas. Essa desmobilização é um fenômeno visto em outros movimentos que, enquanto força social, deixa de atuar ao se conquistar efetivamente as moradias.

A ocupação da área institucional ocorreu em 23 de agosto de 1999. Inicialmente o movimento mobilizou cerca de 60 (sessenta) famílias, segundo registros de lideranças entrevistadas e da imprensa local, jornal ValeParaibano (1999). Três dias após a ocupação, o local já contava com cerca de seiscentas famílias, conforme noticiado no jornal Diário de Jacareí, edição do dia 26 de agosto. Segundo relatado nos jornais citados, eram todas famílias de relações sociais dentro do próprio Distrito do Parque Meia Lua.

Uma ocupação existente na região, hoje o bairro Lagoa Azul, que já passou pelo processo de regularização fundiária, pode ter sido um exemplo que inspirou esse movimento aqui analisado. Nas entrevistas, constatou-se que a ideia de organização do movimento, que resultou no bairro Jardim Conquista, surgiu de moradoras do Lagoa Azul ou com relações naquele território. Essa influência pôde ser percebida na forma da organização da ocupação em setores, mais a frente descrita.

Todo processo de gestação do movimento pela ocupação se deu entre algumas mulheres. Com experiências de vida próprias, mas com algumas razões em comum. Todas sem teto. Havia quem já casada e com filhos, outras também com filhos, mas dependendo de familiares. Desalentadas na busca de uma política pública habitacional. Com histórias de conflitos em relacionamentos domésticos, sendo inclusive uma das fortes razões apontadas pela decisão de organização do movimento pela moradia, como forma de se construir liberdades. Historicamente, nos lembra Federici (2017, p. 156), são as mulheres quem primeiro reage, assumindo protagonismo diante de espoliações sobre si e sua família, como falta de alimentos e moradia.

Esses fatores são lembrados nas respostas sobre o que motivou a luta pela moradia e pela iniciativa da ocupação. Porém, de forma muito evidente, nas entrevistas, a decisão da construção

da própria autonomia, independência, cuidado com filhos e filhas, ruptura com relações machistas e patriarcais. Essas mulheres confirmam o que diz Federici (2020, p. 203), que a atuação das mulheres é fundamental nas lutas sociais, pois são elas as mais afetadas pela exclusão social e pela ausência de políticas públicas inclusivas.

Organizada essa liderança inicial, o passo seguinte foi a identificação da área a ser ocupada e a construção de apoios políticos. Nos jornais pesquisados e também nas entrevistas, são lembradas lideranças políticas, ligadas a partidos políticos, com e sem mandatos. Observando-se nas matérias de jornais, percebe-se que esses atores, os que aparecem no início da ocupação, estão como apoios táticos e políticos.

Nos jornais acessados para este trabalho, dois deles fazem referências e dão destaque às mulheres coordenadoras do movimento. O primeiro dele foi o Jornal Semanário, edição do dia 27 de agosto de 1999, um mês após a ocupação. Nele as três mulheres que assumiram a coordenação da ocupação são entrevistadas e identificadas. O Jornal inicia a matéria dizendo exatamente que “um grupo de mulheres liderou” o movimento. Ao jornal, elas afirmaram as razões daquela luta: a necessidade da moradia, o desemprego e principalmente o encorajamento da luta em comum. Uma fortalecendo a outra. Um processo de empoderamento que, conforme Davis (2019, p. 24) tem também a luta contra um sistema econômico que nega direitos.

Na matéria acima, percebe-se uma ação tática das mulheres que coordenavam a ocupação. No momento da entrevista elas se encontravam em reunião com uma autoridade religiosa local, um vereador e um ex-vereador, todos do bairro Parque Meia Lua, local da ocupação. Ou seja, conforme Harnecker (2015, p. 17), na construção de força política, é necessário saber com quem se pode contar e ir ao encontro.

Em outra matéria, que será destacada mais a frente, se faz referência à coordenação feminina do movimento. Em uma publicação, quando já se fala da construção das moradias, um jornal faz referência e publica a manifestação de uma coordenadora do movimento. Esta liderança citada não estava no início da ocupação, se inseriu no movimento após a ocupação. Este registro reforça esta análise demonstrando o protagonismo das mulheres neste movimento socioterritorial por moradia em Jacareí.

A organização de entrada das pessoas ao terreno ocupado foi toda conduzida por essa comissão composta por mulheres. O cadastramento das famílias e a distribuição interna também. Conforme relatado por lideranças e pela imprensa, houve adesão, em pouco tempo, estimada, entre quinhentas a seiscentas famílias. Famílias que foram para a ocupação.

O espaço ocupado foi dividido em setores, desde a chegada das famílias. Ao todo foram cinco setores. Esta organização seguia também o cadastro geral das famílias, construído pela coordenação. Segundo relatado nas entrevistas, inicialmente a coordenação dos cinco setores era feita pela mesma comissão de mulheres que iniciou o movimento. Em momento seguinte, alguns setores passaram a ser coordenados por homens ou por casal. Mesmo sendo paritária, percebe-se

nas entrevistas e nas análises da organização do movimento, prevalecia a maior presença política das mulheres nas coordenações dos setores.

Em diferentes papéis, contam as líderes entrevistadas, eram procuradas por todos da ocupação, sempre que havia alguma questão interna e até mesmo familiar a ser resolvida. Socorriam as pessoas sempre. Também faziam inspeções na ocupação, à noite, para garantirem a permanência das pessoas em cada barraco. Tinham um lema, relatado por uma das líderes: “tem que entrar e ficar”. Esse era o compromisso coletivo no movimento.

Construiu-se um processo estratégico de busca de parcerias e apoios, políticos, comunitários e institucionais. Essa ação, além de apontada nos relatos, logo no início, nos primeiros dias da ocupação, aparece em reportagem de um jornal consultado, cuja matéria já anunciada anteriormente. Nessa matéria aparecem algumas evidências táticas de fortalecimento e sobrevivência no processo de construção do território ocupado. O jornal atribui como mensagem da “coordenação”, lembrando que naquele momento era feita por mulheres.

“Um grupo que integra a liderança do movimento pediu à reportagem do DIÁRIO DE JACAREÍ, que publicasse que “eles não são bandidos, não estão armados, e estão vivendo graças ao mutirão que se formou com moradores trazendo água, alimentos, fogão, roupa, mas que há necessidade de que as igrejas católicas ou evangélicas também participem dessa luta, inclusive com cestas básicas.” (Jornal Diário de Jacareí, 1999, p. 3).

Nessa matéria percebe-se uma construção do espaço comum, ou seja, um território para todos e para todas. Nota-se o cuidado coletivo. A comunidade local solidária a esse processo de territorialização do movimento dos Sem Teto do Meia Lua, a ser realizado na ocupação. Embora, como a ocupação se prolongou por quase oito anos, houve em vários momentos manifestações locais hostis ao movimento.

Durante o tempo de ocupação, muitas parcerias aconteceram: campanhas permanentes de solidariedade de igrejas, cursos oferecidos por instituição de ensino e projetos de geração de renda para as famílias. Uma das lideranças relata esse processo, organizando trabalhos de reciclagem, gerando renda para sua família e para a comunidade.

Durante o primeiro ano da ocupação, o movimento enfrentou pedidos de reintegração de posse, promovidos pela prefeitura municipal. A reversão desses processos se deu com apoio de lideranças políticas, de outros movimentos sociais e de apoio jurídico de sindicato de trabalhadores e trabalhadoras da região. Com essa tática de defesas e lutas, a ocupação resiste até que termina o mandato do então prefeito da época, Benedito Sergio Lencioni, sem partido, que havia sido eleito pelo PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira.

Um ano após a ocupação, ocorrem as eleições municipais do ano 2000. O resultado eleitoral, em Jacareí, traz um novo plano de relação política para o movimento dos Sem Teto do Meia Lua. É eleito um prefeito do PT, Partido dos Trabalhadores, conforme TSE – Tribunal Superior Eleitoral Eleições 2000.

A coordenação do movimento segue com a mesma característica de divisão de setores e com protagonismos de liderança e coordenação pelas mulheres. O movimento, adequando as estratégias, estabelece uma outra tática de correlação de forças com o Estado, o governo municipal, a partir do novo desenho ideológico do poder municipal. Para Harnecker (2015, p. 42), estratégia e tática são a definição do caminho a seguir e como nele caminhar.

Com o início da nova gestão da Prefeitura Municipal de Jacareí, em 2001, é construído um novo caminho de diálogo. De um lado um grupo político, no poder público, que demonstra reconhecer o direito à luta pela moradia, do outro, um movimento socioterritorial estabilizado na sua organização. O movimento construiu força política, articulando apoios, criando capacidade de luta com organização do movimento. Um movimento liderado por mulheres, reafirmando o que diz Federici (2020), que “as mulheres são as principais protagonistas de mudança, [e que], o ativismo das mulheres é hoje a força de mudança social mais importante na América Latina” (p.203 – tradução nossa).

Na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Jacareí existe a Fundação Pró-Lar, “com a finalidade de instituir políticas públicas voltadas à habitação que atendam a população de baixa renda do município, em condições de risco e ou vulnerabilidade” (Fundação Pró-Lar, 2021). Esta autarquia municipal se equivale às secretarias municipais de habitação que existem em outros municípios. A Fundação Pró-Lar assume o papel do diálogo e passa a ser a responsável em construir um programa habitacional que atendesse aos Sem Teto do Meia Lua.

O governo de Marco Aurélio de Souza (PT), o novo prefeito a partir de 2001, promoveu o congelamento da área ocupada. Esse ato administrativo determina que a ocupação não se amplie. As famílias são cadastradas pelo município e passam a receber políticas de assistência. Neste momento, já no terceiro ano da ocupação, o movimento havia se estabilizado, estando a ocupação por volta de 235 (duzentas e trinta e cinco) famílias.

A lei que criou a Fundação Pró-Lar, lei 1965/1980, (Art. 7º), estabeleceu que, uma das formas da constituição do patrimônio da autarquia, era a transferência compulsória de “2% (dois por centos) dos lotes em todo e qualquer loteamento aprovado no Município” (JACAREÍ, 1980). A lei atual que rege a organização da Fundação, Lei 6155/2017, no seu artigo 41, mantém essa transferência de lotes para fins de política pública de moradia para famílias de baixa renda. (JACAREÍ, 2017). Com isso a autarquia reúne áreas a serem utilizadas com a finalidade prevista em lei. Áreas ainda insuficientes para a necessidade de moradias populares no município.

A Prefeitura inicia processo efetivo de viabilizar um projeto de moradia para atender os Sem Teto do Meia Lua. É construída uma agenda de conversas entre a Prefeitura e o Movimento. Conforme relatos nas entrevistas as comissões que representavam os Sem Tetos do Meia Lua eram sempre paritárias, havendo casos de reuniões com o poder público em que prevalecia a liderança por mulheres. Em um desses eventos, sendo a comissão recebida no gabinete do prefeito, das cinco lideranças recebidas em audiência, três eram mulheres.

Conforme noticiado pela imprensa local, Jornal ValeParaibano, edição do dia 26 de setembro de 2001, a Prefeitura apresenta um plano inicial para atender parcialmente as famílias da ocupação. Nesta matéria, se reproduz a fala de uma das coordenadoras do movimento e a identifica como tal. Neste momento já havia uma alternância na coordenação, porém com o protagonismo das mulheres, como se vê na divulgação desse jornal.

Através das entrevistas, constatou-se que essa primeira proposta não contemplou a totalidade do movimento. Conforme a matéria citada, somente 80 (oitenta) famílias seriam atendidas, menos da metade da ocupação. A área indicada nessa proposta estava em uma região desfavorável para as famílias do movimento, por algumas questões, conforme afirmou uma das mulheres entrevistadas: está na zona leste da cidade, junto ao bairro Jr. Santa Marina, enquanto a territorialização em construção pelo movimento, conforme Fernandes (2009), através das suas lutas, tem as suas referências e relações na região do Parque Meia Lua, zona norte da cidade. Além da divisão de um movimento com mais de três anos de construção e consolidação do pertencimento, indicava uma mudança de rotinas na mobilidade que atendia a vida diária da comunidade.

Essa primeira proposta do poder público não foi aceita pela maioria do movimento dos Sem Teto do Meia Lua. Houve debates internos sobre a questão, e a decisão foi buscar com a Prefeitura outra solução. Conforme conta uma liderança entrevistada, a maioria decidiu, em plenária, inclusive por uma manifestação coletiva no paço municipal. Neste ato, o grupo se mobilizou, representando a decisão do movimento, na busca de outra área que acolhesse a todos e não parte. O grupo foi recebido no plenário da Câmara Municipal de Jacareí, que fica em um mesmo espaço que a Prefeitura.

Há um exercício de correlação de forças, entre o movimento socioterritorial dos Sem Teto do Meia Lua, e o poder público local. O movimento faz uso de uma hegemonia interna, ancorada na construção do território, liderada por mulheres, maioria no grupo de coordenação. Uma das entrevistadas afirma que a plenária que deliberou pelo ato descrito acima, se deu dentro do paradigma do risco da divisão do movimento. Isto devido à possibilidade de haver uma solução que atenderia somente 80 (oitenta) famílias, lembrando que no território construído pela ocupação moravam em torno de 235 (duzentas e trinta e cinco) famílias. A esse processo, tanto de criar força política e que seja hegemônica dentro do movimento, consiste no que Gramsci (2012), chama de “força permanente organizada” (p. 50).

A manifestação de força política, coletiva do movimento, é vitoriosa. Confirmando o que diz Harnecker (2015), “o que define as coisas em política, portanto, não é a superioridade numérica de uma determinada classe, mas a disposição de lutar por determinados interesses de classe” (p.16). A Prefeitura Municipal de Jacareí decide localizar uma área, cujo espaço atendesse a dois requisitos essenciais: capacidade de acolher todas as famílias e que estivesse na mesma região da ocupação.

O jornal Diário de Jacareí, (2002, p. 3) na edição do dia 19 de fevereiro, divulga a escolha de um terreno, pela Prefeitura, na mesma região da ocupação. Essa notícia foi levada para as famílias, reunidas em assembleia na ocupação. A localização contemplou aspectos vitais para o movimento dos Sem Teto do Meia Lua. A identidade regional que é o conjunto de valores culturais e suas práticas individuais e coletivas; sobretudo o sentimento do pertencimento a um espaço e território comuns.

A Prefeitura Municipal desapropria a área, previamente aprovada pelo movimento, localizada na rua José Carlos Lamanna, bairro Rio Comprido. A conclusão do processo da compra aconteceu com o acompanhamento do Ministério Público, homologação feita pela Justiça, conforme divulgado pelo mesmo jornal acima, na edição do dia 13 de março de 2004 (p. 5). Conforme relata a matéria, todo processo foi feito com o acompanhamento e participação do movimento socioterritorial dos Sem Teto do Meia Lua.

Essa nova área, que irá receber as famílias, realiza alguns significados importantes. Até então era um território contido nas lutas e na organização do movimento. Ele foi construído a partir do território ocupado, distantes um do outro em torno de um quilômetro, e começa a se materializar. Representa uma vitória do movimento. Nas entrevistas, as lideranças reafirmaram qual era a decisão que sustentava a luta: teria que ser uma área que coubesse todas as famílias e que estivesse na mesma região do Parque Meia Lua. Esse era o território imaginado e construído no dia a dia dos Sem Teto do Meia Lua, ainda dentro dos barracos de lonas e de madeiras. Uma construção que teve, do começo ao fim, o protagonismo das mulheres, sempre liderando o movimento. Na organização e na estratégia.

A Fundação Pró-Lar inicia a partir de então, dois processos; primeiramente o desenvolvimento e aprovação do projeto de parcelamento e de urbanização da área. Esta etapa se deu no ano de 2004, tendo todas as suas fases acompanhadas pelo movimento, conforme relatado nas entrevistas realizadas. O Passo seguinte foi a busca de um programa de moradia popular e construir as casas para receber as famílias.

Nos dois anos seguintes, o Município realiza as obras de implantação do loteamento, sua urbanização e a construção das casas, cerca de 235 (duzentas e trinta e cinco) unidades. Com área total de 69.719,54m² (sessenta e nove mil, setecentos e dezenove metros quadrados), dividida em lotes individuais, a maioria com 125,00m² (cento e vinte e cinco metros quadrados). Dados obtidos através de documentos apresentados nas entrevistas e também no processo de ação civil pública, nº 1006571-74.2017.8.26.0292, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, unidade de Jacareí.

Uma das entrevistadas descreve a forma de contrato e pagamento realizados por cada família que iria receber a moradia, informações contidas também no processo citado acima. A unidade individualizada dos lotes foi paga por cada família, conforme entendimento dos moradores, através de boletos bancários apresentados pela Fundação Pró-lar, totalizando R\$ 3.240,00 (três mil, duzentos e quarenta reais), em 72 (setenta e duas) parcelas. As edificações (casas), segundo

relato, teriam sido suportadas através de recursos provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços, FGTS, através do Sistema Financeiro de Habitação, SFH. Para esses recursos não houve contrapartida das famílias. O valor total do imóvel de R\$ 21.240,00 (vinte e um mil e duzentos e quarenta reais). No entendimento desta análise, teria sido um investimento público “a fundo perdido”. Esses números foram publicados no Jornal ValeParaibano, conforme jornalista Jorge (2007).

A descrição do imóvel, conforme o jornal acima, uma casa com 34,00m² (trinta e quatro metros quadrados). Com um quarto, sala, cozinha e banheiro, as moradias foram entregues sem acabamento interno, ficando esta etapa para ser feita pelas famílias. A entrega das chaves teria ocorrido no dia 19 de julho, com início das mudanças dois dias depois, a partir do dia 21 de julho de 2007.

A mudança para as casas representava a consolidação de um território, o bairro Jardim Conquista, construído ao longo de oito anos de luta, organização, estratégias, com protagonismo político das mulheres. A entrega das chaves das moradias, a saída dos barracos, ver os barracos sendo demolidos, a entrada nas casas, tudo foi carregado de um conjunto de significados. Para as mulheres entrevistadas foi a realização de um processo de construção coletiva. Individualmente, disseram ser a realização de um plano de vida. Nesse plano estava a busca da autonomia, da reconstrução das próprias vidas, especialmente na luta contra o machismo, contra o patriarcalismo e preconceitos sociais. Conforme a Jornalista Alessandra Jorge (2007), em jornal local, para as mulheres, em seus depoimentos, as casas representavam vitória e empoderamento; para elas, filhas e filhos. Nessa divulgação, uma das três mulheres que iniciaram o movimento, mostra seu barraco de madeira, onde passou os anos da ocupação, com sua filha e filho. Realidade das três que foram entrevistadas nesta pesquisa. Duas permaneceram no movimento até a mudança para as casas.

Dois paisagens em diálogo. Os barracos na ocupação e as casas no novo território. Território que ao mesmo tempo que se consolida, será reconstruído a partir da chegada das famílias. Por isso, as casas novas e os barracos são paisagens construídas na contradição. Conforme a Professora Ana Fani (2019), essas paisagens são “preche de movimento, de vida, de uma vida rica de relações [...] (p. 38)”. Relações construídas com o protagonismo das mulheres, no movimento dos Sem Teto do Meia Lua.

TERRITÓRIO EM QUESTÃO: A LUTA NÃO ACABOU

O bairro Jardim Conquista, de um território imaginado, desejado, concebido e construído coletivamente, passou a ser um território ameaçado, tão logo recebeu as famílias, para quem e por quem ele foi construído. A relevância desta situação foi identificada a partir das entrevistas e do acesso a processos que tramitam na justiça, nas instâncias locais e estaduais.

Dois processos judiciais, na vara da Fazenda Pública de Jacareí, com trâmites em instâncias estaduais, conforme Fernandes (2009), trazem os detalhes dessa “conflitualidade (p. 203)” que de alguma forma, permeia sempre a construção dos territórios. O primeiro processo é uma ação civil pública, com pedido de liminar, impetrada pelo Ministério Público de São Paulo, pela 7ª Promotoria, em Jacareí, Promotoria de Justiça do Urbanismo e Meio Ambiente, com nº 1008849-53.2014.8.26.0292. O segundo processo trata-se da ação civil pública, impetrada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, pela 5ª Defensoria Pública de Jacareí, com o nº 1006571-74.2017.8.26.0292.

A instauração desses processos teve origem em três eventos. O primeiro decorreu de problemas estruturais manifestados em algumas moradias, logo na entrega das casas. O segundo, o alagamento de uma rua do bairro, devido às cheias do Rio Comprido, em cuja bacia ele está inserido. Isto ocasionou a retirada de algumas famílias e a demolição das casas comprometidas. O terceiro motivo foi uma alteração feita no projeto original, ao ser implantado o loteamento: o desdobro de alguns lotes, cujas áreas permitiram a construção de mais de uma unidade habitacional. Lembrando que esse projeto teria sido aprovado por todos os órgãos pertinentes e as casas construídas com aporte de recursos do FGTS, pela Caixa Econômica federal, questão já tratada neste trabalho.

A leitura destes processos, com as formas que são comuns nas justificativas de desocupações e despejos, na cidade e no campo, se torna um exercício de análise de difícil compreensão lógica. Esta lógica só é possível para quem, pessoa, entidade ou instituição, esteja fora de qualquer espaço em disputa. Muito embora poder afirmar que, é nessa disputa que se dá a construção da história. Lefebvre traz luz para esse emaranhado de fundamentos que, na verdade, desconsideram e relegam para a negação, o direito à cidade e o direito ao território.

No entanto [...], podem as instâncias e os poderes superiores passar sem essa mudança, sem essa mediação que é a cidade? Podem abolir o urbano? É neste nível que a vida cotidiana, regida por instituições que a regulamentam do alto, consolidada e disposta por múltiplas coações, se constitui. A racionalidade produtivista, que tende a suprimir a cidade ao nível da planificação geral, reencontra-a no plano do consumo organizado e controlado, no plano do mercado vigiado. Após tê-la descartado do nível das decisões globais, os poderes a reconstituem ao nível das execuções, das aplicações. Disso resulta [...] um inverossímil emaranhado de medidas (todas razoáveis), de regulamentos (todos muito elaborados), de coações (todas motivadas). O funcionamento da racionalidade burocrática se enreda em suas pressuposições e consequências; estas o superam e lhe escapam. Conflitos e contradições renascem pululante de atividades “estruturantes” e de ações “preparadas” destinadas a suprimi-los. Aqui, na prática, torna-se manifesto o absurdo do racionalismo limitado (demarcado) da burocracia e da tecnocracia. Aqui se percebe a falsidade da ilusória identificação entre o racional e o real no Estado, e a verdadeira identidade entre o absurdo e um certo racionalismo autoritário” (LEFEBVRE, 2015, p. 100).

A partir da leitura de Lefebvre, a seguir, os itens destacados para esta análise serão observados no processo do Ministério Público, nº 1008849-53.2014.8.26.0292. Fatos que, segundo o Ministério Público, fundamentam o pedido de liminar para a retirada de todas as famílias com total desocupação da área (p.35).

O processo foi provocado inicialmente por uma denúncia, que motivou a abertura de um inquérito civil, sobre a ocorrência de problemas estruturais em algumas edificações entregues ao movimento dos Sem Teto do Meia Lua (p. 1035). Foi apontada possível utilização de materiais de baixa qualidade, por exemplo, materiais utilizados nas coberturas das casas. Também o registro de problemas na estrutura, como trincas em paredes.

Por conta do desdobro de alguns lotes, a Pró-Lar solicitou nova aprovação dos órgãos pertinentes, incluindo o GRAPROHAB - Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais, vinculado à Secretaria da Habitação (SP). Nessa revisão do projeto no GRAPROAB, ocorrem duas situações que jogam o bairro Jardim Conquista para a condição de um território irregular. Primeiramente o órgão, alegando nova legislação, afirma somente poder atuar em casos de projetos de empreendimentos novos e não de regularização (p. 999). Em seguida, o parecer do DPRN/SMA 012/08-ETJC, que faz parte deste grupo de instituições, com base nas características do solo, indefere também o pedido de regularização (p. 1125). Além do indeferimento, sugere que o GRAPROHAB faça revisão da primeira aprovação dada ao projeto de implantação do loteamento (certificado 058/2005). Ou seja, o mesmo órgão revertendo sua própria decisão anterior, cujo parecer era favorável à implantação do loteamento (p. 808). Com uma questão central: inicialmente era um espaço sem a intervenção de um movimento, hoje um território com mais de 200 (duzentas) famílias.

No ano de 2015, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, através da 5ª Defensoria Pública de Jacareí, se insere no processo do Ministério Público (p. 1002), como resultado da ação promovida pela Defensoria de nº 1006571-74.2017.8.26.0292.

A ação da Defensoria se fundamenta no direito à cidade, buscando a nulidade da sentença que determina a retirada das famílias, com a consequente regularização do território e as devidas ações reparatórias necessárias e eliminação de eventuais riscos. A Defensoria aponta ainda a possibilidade da aplicação da Lei 10257/01 e da Lei Complementar de Jacareí nº 49/03 para a devida regularização do bairro Jardim Conquista.

No momento desta análise de território, todo esse processo judicial se encontra em uma dinâmica de recursos, suspensões e de novas perícias técnicas, que subsidiem uma decisão que se espera favorável à manutenção do território em questão. Por toda essa análise feita, realmente, para o território Jardim Conquista, a luta continua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, percebeu-se o protagonismo das mulheres no movimento dos Sem Teto do Meia Lua. Desde o planejamento, organização e coordenação da ocupação. Os anos vividos nos barracos foram experiências de construção de um lugar comum, onde a centralidade foi o conjunto de todas as famílias construindo de um novo território.

O movimento se estruturou com estratégias e táticas, que a cada momento se transformavam em um acúmulo de conhecimento coletivo. A partir da ocupação, com forte capacidade de resistência, se avançou na construção de um projeto vitorioso.

Um território definitivo para todos, onde coubessem todas as famílias: essa foi a bandeira que promoveu a unidade na luta. A construção desse território foi experimentada durante os oito anos da ocupação.

Com a mudança para as casas, o que se esperava seriam tempos de outras construções sociais, que apontassem para outros direitos, individuais e coletivos. No entanto, a defesa desse território construído se apresenta em um campo nunca imaginado para as lideranças entrevistadas. Há treze anos vivem nessa insegurança, gerada por uma luta em espaços e territórios desconhecidos, e, portanto, com atores nem sempre atingíveis, travestidos pelas armaduras e regras estatais.

O movimento dos Sem Teto do Meia Lua está provocado a assumir lutas em outras dimensões. Como já visto anteriormente, ao receberem suas moradias, as famílias passaram por uma desmobilização enquanto movimento. No entanto há uma disputa colocada para ele: lutar em espaços e territórios que não são materiais como o Jardim Conquista, mas construídos na tecnocracia do Estado, conforme Lefebvre (2015).

O território aqui analisado é parte de um objeto de pesquisa que cumprirá uma dissertação como trabalho final do curso de mestrado em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate. São Paulo. Lua Nova: revista de cultura e política, n.76, pp.49-86. 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Privação do Urbano e o “Direito à Cidade” em Henri Lefebvre. In CARLOS, Ana Fani Alessandri (Orgs.) Justiça Espacial e o Direito à Cidade. São Paulo. Ed. Contexto. 2017.

CARLOS, Ana Fani A. A Cidade. São Paulo. Ed. Contexto. 2019.

CASTELLS, Manuel. A questão Urbana. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 2020.

DAVIS, Angela. Mulheres, Cultura e Política. São Paulo, Boitempo, 2019.

DIÁRIO DE JACAREÍ. Ex-vereador diz que “nem ele esperava” o tamanho da invasão no Meia-Lua. Diário de Jacareí, Jacareí, 26 de agosto de 1999.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa, Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva. São Paulo. Ed. Elefante. 2017.

FEDERICI, Silvia. Reencantar El Mundo – El Feminismo y la Política de los Comunes. Madrid. Ed. Traficantes de Sueños. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). Territórios e Territorialidades. São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Presidente Prudente. Revista NERA – ANO 8, nº 6. 2005.

FUNDAÇÃO PRÓ-LAR. A Fundação Pró-Lar. Disponível em: <<https://www.pro-lar.sp.gov.br/a-pro-lar.html>>, acesso em 06 de março de 2021.

GRAMSCI, Antonio. In SADER Emir (Org.). Gramsci – Poder, Política e Partido. São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2012.

HARNECKER, Marta. Estratégia e Tática. São Paulo. Ed. Expressão Popular. 2015.

JACAREÍ. Lei 6.155/2017. Disponível em: <<http://legislacao.jacarei.sp.gov.br:85/jacarei/images/leis/html/L61552017.html>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

JACAREÍ. Lei 1965/1980. Disponível em: <<http://legislacao.jacarei.sp.gov.br:85/jacarei/images/leis/html/L19651980.html>>. Acesso em: 08 mar. 2021

JORGE, Alessandra. JORNAL ValeParaibano, 20 de julho de 2007.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo. Ed. Centauro. 2015.

JORNAL DIÁRIO DE JACAREÍ. Secretário diz que Prefeitura vai processar quem incitou a invasão. Jornal Diário de Jacareí, Jacareí, 27 de agosto de 1999.

JORNAL DIÁRIO DE JACAREÍ. Prefeito desapropria área assentar sem-teto do Meia Lua. Jornal Diário de Jacareí, Jacareí, 19 de fevereiro de 2002.

JORNAL VALEPARAIBANO. Sem-teto invadem área em Jacareí. Jornal ValeParaibano, São José dos Campos, 25 de agosto de 1999.

JORNAL VALEPARAIBANO. Jacareí planeja tirar 120 famílias de área de proteção ambiental. Jornal ValeParaibano. São José dos Campos, 26 de setembro de 2001.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo. Ed. Ática. 1993.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. São Paulo. Edusp – Ed. da Universidade de São Paulo. 2017.

SÃO PAULO. Lei 3191/1981. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/saopaulo/jacarei.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resultado da Eleição 2000. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2000/resultado-da-eleicao-2000>>. Acesso em: 29 mar. 2021.